

ENTRE INSURGÊNCIAS E URGÊNCIAS: A DISPUTA PELA MEMÓRIA EM DESMONUMENTALIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Luciana Amormino¹

RESUMO

Este artigo se propõe a olhar para o movimento de retirada e destruição de estátuas e monumentos em meio a protestos antirracistas e antifascistas globais contemporâneos, buscando refletir sobre a construção narrativa do passado como instância que tensiona as temporalidades e o entendimento de memória coletiva, encenando disputas pela memória como possibilidades de ressignificar o presente e projetar futuros possíveis.

*

7 de junho de 2020. Bristol, Inglaterra. Uma multidão derruba a estátua do traficante de escravos Edward Colston de seu pedestal e a joga no rio da cidade.

8 de junho de 2020. Londres, Inglaterra. Manifestantes picham uma estátua de Winston Churchill, ex-primeiro-ministro britânico, com a frase “era um racista”.

9 de junho de 2020. Boston, Estados Unidos. Decapitação da estátua de Cristóvão Colombo.

9 de junho de 2020. Antuérpia, Bélgica. Uma estátua do rei Leopoldo II, lembrado pela colonização do Congo Belga, é retirada da praça onde estava e será restaurada pelo Museu de Escultura ao Ar Livre de Middelheim, deixando de ser reinstalada no local onde estava. No mesmo período, em Bruxelas, o grupo intitulado “Vamos reparar a história” exige a retirada de todas as estátuas de Leopoldo II da cidade.

11 de junho de 2020. Lisboa, Portugal. Retirada, no Largo Trindade, da estátua do padre Antônio Vieira, cujas mãos, boca e hábito foram tingidos de vermelho, tendo nela sido inscrita a palavra “descoloniza”.

¹ Doutoranda e mestre em Comunicação Social (UFMG). E-mail: luamormino@gmail.com

Esses foram alguns dos episódios que marcaram o mês de junho de 2020, fruto de recentes movimentos antirracistas e antifascistas, cujo estopim foi o assassinato de George Floyd, asfixiado por um policial branco, em Minneapolis, Estados Unidos, no dia 25 de maio de 2020. “Não consigo respirar”, frase repetida por Floyd durante os oito minutos em que o joelho assassino pressionava seu pescoço, tem feito coro a outras frases como “Eles não viram que eu estava de uniforme?”, “Parem de nos matar”, “A vida na favela importa”, “Vidas negras importam!”, esta entoada em uníssono mundial. Assim, associada aos protestos contra o racismo espalhados pelo mundo, a destruição de monumentos em homenagem a escravocratas e colonizadores parece materializar a necessidade de acionamento de outras memórias e de rompimento ou resignificação de um passado que não passou, na esteira da História do Tempo Presente, e que continua marcando e oprimindo vidas.

Embora muitas vezes incorporem-se ao cotidiano de uma forma quase naturalizada, estátuas são monumentos e, como tais, dizem de uma escolha de poder daquilo que se pretende evidenciar como elemento de memória. Tornam-se parte da vida das cidades, assim como os nomes de ruas, praças, avenidas, escolas, e isso não é gratuito nem isento de valor. São escolhas políticas e se fazem instrumentos de poder que cancelam uma narrativa sobre o passado, dada sua permanência como rastro ou vestígio de um tempo outro.

Conforme Le Goff (1996), a palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*): a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. Assim, entende-se que o *monumentum* é um sinal do passado, que se liga ao poder de perpetuação das sociedades históricas, sendo um legado à memória coletiva. Fato é que o monumento é um instrumento de poder, que diz do que se quer evidenciar de dada sociedade, no momento de sua instituição. As estátuas, mais do que monumentalizar determinado passado, trazem ainda a carga simbólica de prestarem homenagens, o que nos leva a questionar a quem se homenageia e por quais feitos.

De acordo com Ricoeur (2010, p. 201), “o que tornava o monumento suspeito, apesar do fato de ser com frequência encontrado *in situ*, era sua finalidade escancarada, a comemoração de acontecimentos que os

poderosos julgavam dignos de ser integrados à memória coletiva". Dessa forma, segundo Amormino (2007), no processo de construção de identidade de uma nação lança-se mão da legitimação dos monumentos, arquivos e símbolos, partilhados pela coletividade. O papel da memória, assim, seria o de intermediar o passado e o presente, articulando elementos para a construção de um discurso nacional. Torna-se, assim, instrumento político de afirmação de uma memória pública, de caráter coletivo.

O entendimento de memória coletiva nos remete a Maurice Halbwachs (1990), sociólogo da tradição francesa, herdeiro de Émile Durkheim e primeiro estudioso das relações entre memória e história pública. Na concepção do autor, a memória coletiva é formada a partir de influências do meio social ao qual o indivíduo está inserido, os quadros sociais da memória, criados a partir das relações sociais e do reconhecimento do indivíduo nessas relações.

Uma das críticas em relação ao entendimento de memória coletiva diz respeito a uma certa estabilidade ou homogeneidade do conceito e à própria influência da perspectiva durkheimiana presente na aceção de Halbwachs (POLLACK, 1989). Apesar disso, compreender essa dimensão social da memória, bem como seu papel dentro dessa esfera, é fundamental para o fortalecimento do sentimento de pertencimento a uma coletividade e a constituição e afirmação de identidades.

Assim, pode-se pensar a memória como algo negociado e politicamente construído, mas que possui um papel importante de referencial para a construção das identidades, configurando-se como algo que "garantiria" uma certa estabilidade e fixação da identidade, mesmo que imaginária, haja vista que se trata de uma impossibilidade (AMORMINO, 2007, p. 11).

Nesse sentido, é necessário considerar que a memória, embora carregue consigo um vínculo com o passado, coloca-se em trânsito entre temporalidades diferentes e permite a constituição de um comum, de um sentimento de pertença, por meio de sua narrativização, o que levaria ao entendimento de que "lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado" (BOSI, 1994, p. 55).

Nesse processo de revisitar o passado à luz de questões do presente, Assmann (2010) considera o passado como indispensável ao entendimento

do presente, tanto na dimensão individual quanto coletiva. Para a autora, na dimensão privada e pública da memória social, nota-se uma diversidade de vozes e opiniões, enquanto no nível político as memórias atuam como símbolos normativos. No entanto, embora atuando dessa forma mais impositiva, a autora considera que:

Se isso torna-se possível superar a amnésia histórica e lembrar uma história traumática de violência de ambas as perspectivas, essa memória compartilhada pode se tornar a base para um futuro (mais) pacífico. O esquecimento tenaz de um lado e a lembrança frenética do outro, porém, perpetuam a injustiça e estabilizam o trauma das vítimas (ASSMANN, 2018, p. 297, tradução nossa)².

Assim, ainda segundo a perspectiva de Assmann (2018), na construção da memória nacional são construídos mitos e ícones que:

Removem a experiência histórica de seus contextos e a remodelam como uma narrativa atemporal para apoiar a autoimagem do grupo que é transmitida de geração em geração. (...) Só quando são reconhecidas como disfuncionais é que são transformadas ou substituídas por outras narrativas mais dialógicas e autocríticas³ (ASSMANN, 2018, p. 291, tradução nossa).

Dessa forma, ao escolher monumentalizar uma narrativa do passado, outras tantas foram apagadas. Ao se homenagear colonizadores, escravocratas e antiabolicionistas, seu posicionamento também se torna valorizado e se sobrepõe a tantas vidas e mundos oprimidos. Há quem se posicione contra as recentes derrubadas das estátuas sob a alegação de que são patrimônio histórico e que devem ser preservados para reflexão e como objeto de estudo. Afinal, dizem também do que se escolheu deixar como símbolo daquele momento para o futuro. Por outro lado, a ruptura com símbolos de narrativas únicas vem reconhecer os silenciamentos e apagamentos historicamente constituídos e trazer à baila questões sempre apaziguadas, mas não resolvidas.

Entre vandalismo e reparação histórica, tais insurgências urgem: é preciso ressignificar o presente à luz do passado. Dessa forma, ao não reconhecer mais os símbolos do passado como elementos de coesão social ou de uma memória que confere um sentimento de pertencimento,

² "If it becomes possible to overcome historical amnesia and to remember a traumatic history of violence from both perspectives, such a shared memory can become the basis for a (more) peaceful future. Tenacious forgetting on one side and frenetic remembering on the other, however, perpetuate the injustice and stabilize the trauma of the victims."

³ "Such myths remove historical experience from its contexts and re-shape it as a timeless narrative to support the group's selfimage that is passed down from generation to generation. (...) It is only when they are recognized as dysfunctional that they are transformed or replaced with other narratives that are more dialogic and self-critical."

tais movimentos nos levam a perguntar: que outras narrativas que dizem de uma memória de caráter coletivo foram silenciadas ou invisibilizadas historicamente? Que símbolos não atendem mais às demandas do presente? Que fissuras se abrem a partir do olhar que se lança ao passado e precisam ser devidamente reconhecidas? Como a memória pode contribuir para ressignificar o presente e projetar outros futuros possíveis?

Assim, se aquilo que representa um passado que ainda não passou e continua impactando o presente, erigido como um monumento, continua sendo um instrumento de poder e imposição de questões não resolvidas e que assolam o presente, como o racismo e a colonização, é necessário olhar para os movimentos de desmonumentalização como tensionadores dessa relação que se estabelece com o passado como algo dado, inerte e incontestado. Há que se entender a memória como resposta a questões do presente, como possibilidade de projeções de futuros possíveis que, na lógica dos movimentos de desmonumentalização, precisam ser descolonizados, mais plurais e abertos à diversidade.

REFERÊNCIAS

AMORMINO, Luciana. **Identidade e memória**: um olhar a partir dos Estudos Culturais. Revista Lumina. Juiz de Fora. Vol.1, nº 2, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20985>>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

ASSMANN, Aleida. **Re-framing memory**. Between individual and collective forms of constructing the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (eds.). *Performing the Past: Memory, History, and Identity in Modern Europe*. Amsterdam University Press, 2010.

___ **One land and three narratives**: Palestinian sites of memory in Israel. *Memory Studies*. 7 jul. 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1750698018771859#>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 33ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

___ **Tempo e narrativa.** Tomo 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.